



O DISCURSO SOBRE A EDUCAÇÃO NA CRIAÇÃO DE ESCOLAS INCLUSIVAS NAS TRAMAS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO NO SEGUNDO IMPÉRIO

EL DISCURSO SOBRE LA EDUCACIÓN EN LA CREACIÓN DE ESCUELAS INCLUSIVAS EN LAS PARCELAS DE LA CIUDAD DE RÍO DE JANEIRO EN EL SEGUNDO IMPERIO

THE DISCOURSE ON EDUCATION IN THE CREATION OF INCLUSIVE SCHOOLS IN THE PLOTS OF THE CITY OF RIO DE JANEIRO IN THE SECOND EMPIRE

Souza, Adelzita Valéria Pacheco¹

Nascimento, Luciana Marino²

Resumo

O Novo Mundo, no século XIX, com a formação das nações emergentes, o Brasil teve processo político de formação distinto dos demais países do continente sul-americano, sob a égide da Monarquia. O Imperador D. Pedro I decidiu “criar a nação,” consolidada por D. Pedro II. Nesse período, a identidade foi a base da construção e legitimação do Estado, sendo o monarca elemento que representava a nacionalidade, intervindo nos diversos campos da vida social e política, visando o desenvolvimento das artes, literatura, expedições científicas e criação de instituições públicas de educação, entre elas o Imperial Instituto dos Meninos Cegos e o Imperial Instituto dos Surdos Mudos. A construção da nação moderna nos trópicos passava pelo ordenamento jurídico. Objetivo: olhar para o discurso legal norteadores das ações que resultaram na educação especial no segundo império, identificar o legado deixado para educação no Brasil imperial e identificar vínculos da implantação e do funcionamento das instituições de educação especial como legado para a organização da cidade. Método: pesquisa bibliográfica, documentos oficiais, que serviram de viés para consolidar a implantação das referidas instituições, que abraçaram a orientação da educação especial no Brasil em consonância com a instauração da cidade e seu desenvolvimento no século XIX.

Palavras-chave: Educação no segundo império; Educação inclusiva; Discurso; Cidade.

¹ Universidade Federal do Acre – (UFAC), Campus SEDE, Rio Branco – Acre – Brasil. Profa. Adjunta do Magistério Superior - Centro de Educação Letras e Artes - CELA. E-mail: souzadel@gmail.com.br

² Universidade Federal do Rio de Janeiro – (UFRJ), Cidade Universitária (FUNDÃO), Rio de Janeiro – RJ – Brasil. Profa. Associada do Magistério Superior. E-mail: zen.sansara@uol.com.br



Resumen

En el siglo XIX, Brasil tuvo un proceso político bajo la égida de la Monarquía. El D. Pedro I decidió “crear la nación”, consolidada por D. Pedro II. En este período, la identidad fue la base para la construcción y legitimación del Estado, siendo el monarca el elemento que representaba la nacionalidad, interviniendo en los diversos campos de la vida social y política, visando el desarrollo de las artes, la literatura, las expediciones científicas y la creación de instituciones públicas de educación, entre ellas el Instituto Imperial dos Meninos Cegos y el Instituto Imperial dos Surdos Mudos. La construcción de la nación moderna pasó por el sistema legal. Objetivo: revisar el discurso jurídico que orientó las acciones que dieron como resultado la educación especial en el segundo imperio, identificar el legado dejado para la educación en el Brasil imperial e identificar los vínculos entre la implementación y el funcionamiento de las instituciones de educación especial como legado para la organización de la ciudad. Método: investigación bibliográfica, documentos oficiales, que sirvieron de sesgo para consolidar la implantación de estas instituciones, que abrazaron la orientación de la educación especial en Brasil en consonancia con la constitución de la ciudad y su desarrollo.

Palabras-Clave: *Educación en el segundo imperio; Educación inclusiva; Discurso; Ciudad.*

Abstract

In the nineteenth century, Brazil, I have a political process under the aegis of the Monarchy. El D. Pedro I decided to “crear the nation”, consolidated by D. Pedro II. In this period, the identity was the basis for the construction and legitimation of the State, being the monarch the element that represented the nationality, intervening in the diverse fields of the social and political life, aiming at the development of the arts, the literature, the scientific expeditions and the creation of public educational institutions, among them the Instituto Imperial dos Meninos Cegos and the Instituto Imperial dos Surdos Mudos. The construction of the modern nation passed through the legal system. Objective: to review the legal discourse that guided the actions that resulted in special education in the second empire, to identify the legacy left for education in imperial Brazil and to identify the links between the implementation and the functioning of special education institutions as legacy to the city organization. Method: bibliographic research, official documents, which served to consolidate the implantation of these institutions, which embraced the orientation of special education in Brazil in accordance with the constitution of the city and its development.

Keywords: *Education in the II empire; Inclusive education; Speech; City.*

1. Introdução

A origem dessa pesquisa deu-se em função de nosso trabalho na condição de professora assistente da disciplina Organização da Educação Básica e Legislação do Ensino desde 2007 nos cursos de licenciatura no Centro de

Educação, Letras e Artes - CELA, da Universidade Federal do Acre - UFAC.

Na docência percebemos o distanciamento dos discentes sobre legislação educacional, como realidade impactada pelos discursos das leis que norteiam a educação brasileira.



Nesta pesquisa, um dos objetivos é conduzir a reflexão prática, desenvolver atenção para modalidades de ensino (Educação Profissional e Tecnológica, Educação Indígena, Educação a Distância, Educação Especial, Educação no Campo). Constatamos, ao longo dos anos, que as modalidades de ensino são vistas com estranheza pela comunidade acadêmica, a exemplo, da Educação Especial (EE), que perpassa os níveis educacionais – educação básica e educação superior –, sem que seja efetivamente reconhecida.

Os rastros da Educação Especial vêm sendo deixados ao longo da realidade sócio-histórica brasileira e, nesse contexto, houve o desdobramento de intenções, evidenciadas no discurso de construção de identidade e implantação de uma nação nos trópicos no período imperial. Nos discursos da Corte eram intensificadas intenções de melhoramento da cidade, para evidenciar o fortalecimento da identidade nacional. Impulsionado pelos hábitos trazidos pelos viajantes vindos da Europa, influenciando e modificando comportamentos.

Nesse contexto, transformações foram sendo implantadas e contradições sociais se tornaram ainda mais evidentes. Sendo mudando costumes desde hábitos de higiene, boas maneiras, formas de trato e conversação, bem como moda. Sendo o Brasil palco de usos e costumes europeus. Em um contexto no qual se desejava construir uma nação moderna e civilizada nos trópicos, tendo sido este o grande projeto do Imperador Dom Pedro II, observa-se que, a partir de 1850, no âmbito da Corte Imperial e posteriormente nas províncias, aumentaram também as preocupações e medidas em prol da implantação de um sistema de educação pública. A Constituição de 1824, preconizava sobre a instrução primária, representando as primeiras iniciativas

educação pública dirigida a crianças e jovens.

O presente ensaio, faz parte da tese de doutorado no Programa Interdisciplinar em Linguística Aplicada da UFRJ que no escopo do estudo foi dividido em três capítulos. No primeiro capítulo - A construção da nação nos trópicos - tratamos da instauração do Império brasileiro, da transformação da cidade do Rio de Janeiro em Corte Imperial e do processo de implantação da identidade nacional.

No segundo capítulo, tratamos da Educação como processo civilizatório no qual abordamos os discursos, os dispositivos legais e o processo civilizatório e a criação dos institutos que promovem a educação.

No terceiro capítulo, tratamos da história da criação dos institutos e os decretos e demais documentos legais que os instituíram, sendo o Instituto Imperial para Meninos Surdos, atualmente Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e Instituto Imperial para Meninos Cegos, atualmente Instituto Benjamin Constant (IBC). Ambos possuem sedes localizadas na cidade do Rio de Janeiro.

No que se refere à educação, no organograma administrativo, o Ministério do Império era o órgão responsável pela administração dos ensinos primário, secundário e superior, respectivamente, na Corte. Assim, de acordo com o Ato Adicional de 1834, os níveis iniciais (primário e secundário) eram de competência e responsabilidade das Províncias, o que deixou nas mãos das autoridades locais a ingerência da educação pública.

Sem dúvida, o Ato Adicional constituiu uma baliza para assinalar um vasto debate entre a centralização e a descentralização no Brasil Império no que tange à educação. Nesse sentido, é necessário fazer o seguinte



questionamento: a quem caberia legislar sobre a educação, o governo Imperial ou as províncias?

Se considerarmos que nas *Fallas do Throno* havia recorrências favoráveis no discurso do Imperador D. Pedro I em prol da Educação, somente no discurso de 1840, com D. Pedro II, percebemos nuances de expressividade, zelo e uma visão mais apurada em relação à Educação como estrutura abrangente de uma sociedade nascente. O Imperador D. Pedro II sinalizava a necessidade de pensar a instrução pública como motor do desenvolvimento do país.

Na Corte instalada na cidade do Rio de Janeiro e nas províncias foram adotando, progressivamente, as determinações legais acerca da educação pública. Os distanciamentos e desníveis, eram inscritos na realidade em que se formava a nação brasileira.

Se a postulava instrução pública, o fato é que crianças e cativos ou filhos de ex-cativos perambulavam pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro; frente a falta de escolas, descortinando a imagem da pobreza e fragilidades de uma educação que efetivamente não alcançava a todos. Nesse contexto, pode-se depreender, claramente, um descompasso entre os documentos e as ações concretas na realização da instrução pública.

Nesses termos foi sancionado o Regulamento da Instrução Primária e Secundária no Município da Corte, estabelecido pela lei 1331-A, 17/02/1854, que se estabeleceu uma diretriz para o currículo escolar. Além disso, o dispositivo legal também determinou as exigências em relação à formação dos profissionais de educação e deu orientação para os registros do censo escolar na instrução primária e educação secundária.

O acesso às escolas criadas pelo Ministério do Império era franqueado à

população livre e vacinada, não portadora de moléstias contagiosas. Os escravos eram expressamente proibidos de matricularem-se nas escolas públicas.

A proibição de cativos frequentarem as escolas ocorria pelo fato de não serem considerados cidadãos, e havia uma demanda considerável de braços para a lavoura. Esse discurso escamoteia o regime de verdades em uma sociedade cujas verdades sutis perpassam pela realidade do que pode e/ou deve ser dito e o seu contrário. Assim, as ideias e o desejo de D. Pedro II, acerca da necessidade da instrução para todas as classes eram propagadas nas icônicas *Fallas do Throno*.

Nessa conotação do lugar em que o sujeito fala, seu discurso precisa estar em consonância com a intencionalidade do que se deseja abarcar e deve estar impregnado dos signos do círculo social em que está posicionado o falante.

A instrução das crianças era vislumbrada, também, como um dos caminhos possíveis para solucionar e reformular a importante demanda enfrentada pelos dirigentes imperiais: a questão do trabalho. Em 1865, o ministro já insistia na necessidade de desenvolver o ensino primário associado ao ensino profissional como garantia de transformação social, de alcance do progresso e da civilização.

Nessa perspectiva de tornar o Brasil um país civilizado e sintonizado com o progresso na Corte, o governo imperial manifestou também a preocupação com a educação especial, tendo sido pioneiro na América Latina no atendimento às pessoas com deficiência a partir da criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, e o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, em 1856. Tais instituições funcionavam como internatos, inspiravam-se nos preceitos do ideário iluminista e tinham como objetivo central



inserir seus alunos na sociedade através do ensino das letras, das ciências, da religião e de alguns ofícios manuais.

O conceito dessas instituições se baseou na experiência europeia, mas, diferentemente de seus pares estrangeiros, normalmente consideradas entidades de caridade ou de cunho assistencial, tanto o Imperial Instituto dos Meninos Cegos quanto o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos estavam configurados na estrutura administrativa do Império, alocada na área de instrução pública. Eram, portanto, classificados como instituições de ensino.

Todas as ações voltadas para a educação e, mais especificamente, para a educação especial, foram criadas por meio de um discurso normativo – leis e decretos, dispositivos estatais, que estavam discursivamente amparados por um ideal iluminista e que traziam em seu bojo a ideia de modernidade.

Embora tivesse havido um olhar para pessoas com deficiência física e intelectual, criando-se instituições (INES, Instituto Benjamin Constant, Pinel) a fim de dar conta do cuidado, do tratamento e das ações educacionais, a educação básica nesse período ainda era privilégio de poucos, e a oferta de ensino superior ocupava-se estritamente dos cidadãos oriundos das famílias que tinham posses.

A nosso ver, duas indagações se fazem necessárias: o que terá sido deixado de legado educacional, direcionado às classes menos favorecidas, principalmente para as pessoas com deficiência, do período Imperial para o Brasil República, e que permanece até os dias atuais? O que significava a criação de dois Institutos voltados para a educação especial destinados para pessoas com deficiência e pobres?

Neste trabalho de pesquisa, estudamos o discurso do Império no que diz respeito à implantação do projeto de

nacionalidade a partir de ações propositivas e efetivas na denominada educação especial, principalmente.

Cumprido salientar, nesse sentido, que a intenção é saber se a criação de Institutos direcionados ao atendimento educacional de pessoas com deficiência visual, auditiva e/ou cognitiva teve como motivação basilar a contribuição para a instauração de uma nação inscrita e/ou integrada ao processo de identidade nacional. Pensamos ser oportuno frisar que aqueles que possuíam deficiência de ordem cognitiva eram chamados de alienados.

No que concerne aos interesses para se construir a ideia de moderno, o parâmetro seguido está explicitado nos ideários europeus. Assim, para esse projeto ser colocado em pauta, houve um longo processo de intenções e ações de modernização, que faziam parte dos padrões europeus, principalmente aqueles oriundos da França, berço da modernidade e das ideias mais vanguardistas.

A consciência sobre o espírito de nacionalidade no país empurrou a nação para o progresso, com base nos ideais românticos, exigindo, portanto, a impressão de marcas que caracterizassem uma nova ordem de poder, que organizasse o *status quo* vigente para que a elite dominante consolidasse suas ações de cunho político e ideológico.

Perseguindo essa linha de raciocínio, declaramos que é pertinente levantar alguns questionamentos. Ainda vemos a existência ou resquícios dessa memória monárquica presente nas arquiteturas e nos projetos de educação nacional? A sociedade brasileira ainda está sob a influência do projeto nacionalista idealizado pelo imperador D. Pedro II, ou será que vivenciamos um novo tipo de Nacionalismo?

Nesse empreendimento, o jovem imperador atuou em várias frentes, com



intervenções nos mais diversos campos da vida social e política a partir do financiamento das artes e da literatura, das expedições científicas que fizeram incursões no interior do país, com a criação de instituições públicas de educação – importantes instituições que atualmente caracterizamos como polos de educação inclusiva, como o Imperial Instituto dos Meninos Cegos que, na atualidade, é o Instituto Benjamin Constant (IBC), cujas atividades iniciaram-se em 1850, mas sua inauguração ocorreu em 1854, além do Colégio Nacional para Surdos, atualmente Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), criado em 1856. Essas instituições estiveram presentes no processo do projeto de implantação da identidade nacional.

Portanto, a construção de uma nação moderna passava também pelo ordenamento jurídico que deveria reger a educação. Nesse sentido, foi o discurso, vindo das esferas de poder, que serviu como instrumento necessário para criar uma imagem de nação que se modernizava, estabelecendo-se, assim, também uma identidade nacional, a qual passou a ser forjada pelos discursos oficiais.

O conceito de discurso com o qual também pretendemos trabalhar é baseado nos princípios que determinam a comunicação como complexo pleno numa sociedade, sobretudo, para mostrar que a linguagem não é algo independente das relações sociais e acaba por expressar tais relações por meio de uma prática dialógica permanente, marcada pelo contraditório entre enunciados que exprimem ideias e interesses sociais distintos. A linguagem, a partir de signos culturais específicos, denuncia interesses de classe.

A partir dessa premissa, portanto, um dado enunciado, em sua conexão lógico-argumentativa, acaba se contrapondo àqueles que lhe são contrários. Esse desenvolvimento discursivo nada mais

é do que o encaminhamento dos mais variados interesses dos grupos sociais que buscam a legitimidade do poder no plano ideológico. E essa legitimidade advém da palavra, que funciona como elo entre os discursos utilizados pelos grupos sociais, ao expressarem seus anseios, desejos e intentos. A palavra, nesse sentido, ao formar cadeias e cadeias de signos, que, por sua vez, carregam ideologias, expressa, ao final e sempre, as relações de poder.

O problema principal é como vislumbrar a inclusão dessas ações do Imperador no Instituto dos Meninos Cegos e Imperial Instituto dos Surdos Mudos, tendo como ideologia na época a patologização das diferenças, e isso se fez presente também no planejamento e na gestão das cidades. A respeito das afirmações que levantamos, portanto, o presente trabalho teve como objetivo principal estudar o discurso civilizatório e de modernização empreendido à época de D. Pedro II com a criação de duas escolas de educação especial, já referidas.

Investigamos o discurso legal por meio da legislação educacional relativa à inclusão daqueles que estão à margem do processo educacional, em sua totalidade, desde o século XIX; identificamos o legado deixado pelas ações de inclusão no Brasil no período Imperial; refletimos sobre a implantação e o funcionamento das instituições de educação especial como legados fundamentais para a organização da cidade do Rio de Janeiro.

No aporte teórico, inicialmente, elencamos a base teórica para o desenvolvimento da pesquisa, que trata de questões relacionadas à cidade imperial em seu processo de construção e desenvolvimento, bem como suas articulações para a implantação do projeto de identidade nacional. Na presente tese, utilizamos ainda outros referenciais teóricos para o desenvolvimento da



pesquisa. Trazendo, inicialmente, Elias (1990; 1994), trabalha com a ideia de processo civilizatório, fundamentando-o na obra *O Processo Civilizador, Volume I – Uma história dos Costumes* e *Volume II – Formação do Estado e Civilização*. Nessas obras, o autor debate sobre o desenvolvimento dos modos de conduta, a civilização dos costumes, destacando que não existe atitude natural dos indivíduos, uma vez que fomos condicionados a regras e costumes predeterminados pela sociedade.

Bakhtin/Volochínov (2014) traz importantes contribuições para pensar a questão da linguagem e sua relação com a ideologia e o poder. O autor aborda o mote das múltiplas significações do discurso e a relação das palavras entre si e inseridas em contextos, cuja significação extrapola o sentido particular de cada uma, no conjunto da língua, para expressar as ideias e o pensamento de determinado grupo (dominador) em detrimento de outro (dominado). Assim, a palavra está presente em todos os atos de compreensão e em todos os atos de interpretação.

Foucault, em *A ordem do Discurso* (2014) e *Microfísica do Poder* (2017), traz contribuições relevantes para nosso trabalho ao abordar as questões relacionadas ao poder e sua genealogia, a verdade e sua ligação com a verdade instituída e, sobretudo, o discurso como forma de dominação e controle de indivíduos e da coletividade.

Nesse contexto, as palavras não surgem soltas ou aleatórias, pois estão articuladas com a ideologia, que está implícita ou explícita em determinado discurso. As palavras não devem ser notadas de forma isolada, visto estarem engendradas nas articulações de determinada situação nas relações de poder, alimentando e retroalimentando as instâncias de dominação.

No arcabouço teórico, portanto, pretendemos identificar elementos que apontem para os discursos proferidos sobre a educação, no segundo período imperial, que serviram para a construção de instituições escolares e contribuíram com a perspectiva inclusiva para o direcionamento do desenvolvimento das pessoas com deficiência visual, auditiva e intelectual.

A pesquisa está organizada em três capítulos. No primeiro capítulo, tratamos da *construção da nação nos trópicos*, versando sobre o império brasileiro e o Rio de Janeiro como a cidade imperial.

No segundo capítulo, abordamos a educação como processo civilizatório no segundo império, os discursos e dispositivos legais; a criação dos Institutos e seus discursos, bem como o fortalecimento da nação pela criação de instituições.

No terceiro capítulo, enfatizamos o trabalho realizado no percurso da pesquisa nos documentos oficiais, com foco no ordenamento educacional da época e com o olhar voltado para o campo da pesquisa em que destacamos o contexto histórico do Instituto Imperial Para Meninos Cegos, reconhecido atualmente como Instituto Benjamin Constant e que, desde a sua implantação, tem mantido um diálogo com a cidade, atravessando os tempos e sobressaindo-se meio de sua arquitetura, que espelha a época e o regime imperial.

No contexto sócio-histórico, buscamos identificar as ações do instituto, observando que, ao longo da sua existência, a instituição manteve o atendimento direcionado à pessoa com deficiência, dialogando com a sociedade nos diferentes segmentos, em torno da questão da inclusão da pessoa com deficiência visual promovendo possibilidades de interação.



1.1. Questão investigativa e objetivo da pesquisa

Em que medida as instituições criadas pelo Imperador D. Pedro II, voltadas para a educação geral e Educação Especial, contribuíram para a construção da

nação brasileira nos trópicos e como o projeto de educação pensado no Segundo Império incluiu/excluiu a educação nas províncias?

1.2. Objetivos:

Objetivo Geral: Estudar o discurso civilizatório e de modernização empreendido no Segundo Império, a partir da criação de duas escolas de “educação especial”: Instituto Benjamin Constant (IBC) e Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Objetivos Específicos:

1. Realizar estudo do discurso legal relativo à inclusão educacional nas ações de “educação especial” no segundo Império brasileiro
2. Identificar o legado deixado pelas ações de inclusão no Brasil Imperial
3. Identificar vínculos da implantação e funcionamento das Instituições de Educação Especial como legado para a organização da cidade.

2. Revisão teórica

Na revisão teórica apontamos a abordagem, a base e as articulações, assim organizadas:

Abordagem 1.: Uma civilização nos trópicos – Apontamos como base teórica: 1. Anderson, 2008; 2. Carvalho, 2007; 3. Fausto, 1995; 4. Hobsbawm, 1990; 2018; 5. Gomes; 6. Motta, 2004; 7. Moritz Schwarcz, 2014; e, como documento utilizamos Brasil, 1889 – Falas do Trono

Abordagem 2: A educação como processo civilizatório - Moacyr, 1937; 2. Los Rios, 2000; 3. Mota, 2004; Rocha, 2008. E os documentos 1. Constituição Federal, 1824; 3. Brasil, 1834 - Ato Adicional; 4. Decreto de criação do Colégio de D. Pedro II; 5. Brasil, 1889 – Falas do Trono

Abordagem 3 - panorama geral da criação dos institutos e os decretos: 1.

Andreatta, 2006; 2. Elias, 1993; Motta, 2004; 2.; 3. Los Rios, 2000; Documentos: Brasil, 1837, 1838; 1841; 1846; 1854; 1856 (Decretos de Criação dos Institutos Imperial

Abordagem 4 Estudo do Discurso: 1. Bakhtin, 2011; Volochínov, 2017; 2. Foucault, 2014 e 2017. Documento: Brasil, 1889 – Falas do Trono

A base teórica para o desenvolvimento da pesquisa, foi ancorada em autores que tratam de questões relacionadas à cidade imperial, seu processo de construção, suas articulações na implantação do projeto de identidade nacional. Utilizando como lente a visão teórica dos autores puderam historicizar a constituição da nação, e as políticas educacionais que permeiam a educação especial.

No estudo, utilizamos ainda outros referenciais teóricos para o desenvolvimento da pesquisa. Assim,



trazemos, inicialmente, Elias (1990; 1994), trabalha com a ideia de processo civilizatório, fundamentando-o na obra *O Processo Civilizador*, Volume I – Uma história dos Costumes e Volume II – Formação do Estado e Civilização.

Bakhtin/Volochínov (2014) traz importantes contribuições para pensar a questão da linguagem e sua relação com a ideologia e o poder. O autor aborda o mote das múltiplas significações do discurso e a relação das palavras entre si e inseridas em contextos, cuja significação extrapola o sentido particular de cada uma, no conjunto da língua, para expressar as ideias e o pensamento de determinado grupo (dominador) em detrimento de outro (dominado).

Foucault, em *A ordem do Discurso* (2014) e *Microfísica do Poder* (2017), traz contribuições relevantes para nosso trabalho ao abordar as questões relacionadas ao poder e sua genealogia, a verdade e sua ligação com a verdade instituída e, sobretudo, o discurso como forma de dominação e controle de indivíduos e da coletividade.

No arcabouço teórico, portanto, pretendemos identificar elementos que

3. Material e método

O material utilizado na pesquisa foi denso referencial bibliográfico e pesquisa eletrônica, visto ser uma pesquisa do tipo bibliográfica e documental. Havendo utilizado como método o estudo do discurso com olhar para o signo, signo ideológico, palavra como signo ideológico. Para Bakhtin, (2014): Tudo que é ideológico possui um significado. [...] Tudo que é ideológico é um signo. Sem signo não existe ideologia. (BAKHTIN, 2014, p.33).

apontem para os discursos proferidos sobre a educação, no segundo período imperial, que serviram para a construção de instituições escolares e contribuíram com a perspectiva inclusiva para o direcionamento do desenvolvimento das pessoas com deficiência visual, auditiva e intelectual, considerando que toda sociedade tem um regime de verdade que deve conduzir o povo para uma dada realidade. Refletindo sobre verdade, poder e discurso, permeados pelos ensinamentos de teóricos como Bakhtin/Voloshinov, Foucault e outros, certamente, o presente estudo nos permitirá uma relevante reflexão sobre as tramas que permearam a construção da educação inclusiva, visando olhar para este elemento como uma das estruturas que favoreceram o fortalecimento da nação, da educação e do processo de nacionalismos no Brasil.

Na pesquisa, o signo ideológico perpassou pelo que era dito e, de igual modo, pelo não dito. Sendo expressos pelo ideário apontado em parâmetros como a criação de instituições pautadas em modelos eurocêntricos, bem como denunciados pela indumentária e falas do monarca, utilizados nas sessões de abertura e encerramento da assembleia geral.

A metodologia que alicerçou o caminho da pesquisa teve como foco o levantamento bibliográfico para a



constituição do quadro teórico, o que possibilitou o estudo, fundamentando-o na epistemologia do discurso da educação especial no segundo império e seus fragmentos atualmente, observando-se suas interlocuções ou não com a realidade, o movimento e a lógica educacional da cidade.

Os procedimentos para a coleta dos dados seguiram os critérios listados a seguir.

3.1. Sujeitos da pesquisa

Direcionamos a atenção para a Educação Especial, situando-a no segundo período imperial, embora ainda não fosse uma realidade instituída, foi o momento em

- Levantamento bibliográfico e documental sobre o tema, privilegiando a visão de diferentes teóricos/pesquisadores;
- Mapeamento das informações coletadas nos documentos oficiais e em outros veículos.;
- Sistematização das informações.
- Análise dos dados coletados;
- Conclusão da pesquisa para a presente tese e escrita do texto definitivo da tese com vistas à defesa.

3.2. Instrumento e modo de análise

Crivo de análise (dos objetivos propostos)

1. O discurso civilizatório e de modernização no Segundo Império, originou a criação de instituições de educação especial - Instituto Benjamin Constant (IBC) e Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Os institutos permanecem atuantes até, deixaram de ser as únicas instituições que atuam na educação de pessoas com deficiência, no entanto, continuam sendo referência nacional no fomento da Educação Especial.

2. Estudo sobre o discurso legal, visualizando a legislação educacional relativa à inclusão educacional nas ações de educação especial” empreendidas no período do Segundo Império.

que duas importantes instituições que hoje atuam na Educação Especial foram construídas.

O discurso legal de implantação das instituições se consistiu nos Decretos de criação dos institutos que possibilitou estruturar, os institutos

Fizeram parte das intenções e discursos do Imperador D. Pedro Segundo, destacando a ideia de modernidade e civilização, o que era reforçado por inúmeros signos ideológicos. Alguns dos quais ainda se mantêm como a imponência de alguns dos prédios, o currículo escolar de excelência, a vinculação direta com o governo da nação, o público-alvo atendido (o acesso não era igualitário para todos). Hoje, mesmo havendo concurso público regido por edital, nem todos conseguem acesso às vagas nessas instituições. Sendo reforçado pelo discurso de descentralização do atendimento da pessoa com



deficiência, ditado por lei para as escolas regulares. Contudo, ainda não é assegurada a garantia de qualidade dos serviços educacionais no padrão em que se desenvolvem nos referidos institutos

3. Identificar o legado deixado pelas ações de inclusão no Brasil no período Imperial - Identificamos na pesquisa que os institutos que continuam atuando nas suas áreas de origem, vêm aperfeiçoando as ações à luz do desenvolvimento da cidade.

3.3. Procedimento

A pesquisa bibliográfica e documental foi realizada durante o percurso da pesquisa, tendo sido suprimido a pesquisa de campo nas referidas

instituições devido ao isolamento / distanciamento social provocado pela pandemia COVID 19 (em 2020/2021) ainda assolando o Brasil e o mundo.

3.4. Resultados

Foi feito o levantamento e análise dos dados, elaborada a dissertação da tese, havendo sido apresentadas e aprovadas na primeira e segunda qualificação e posteriormente apresentado o texto final para a banca de defesa no dia 30 de julho. Havendo sido considerada aprovada.

É notório que, desde a fundação, em todo o cenário nacional, O IBC e o INES vêm consistindo em referência para a educação da pessoa com deficiência visual e auditiva, atuando nesta especialidade desde o final do século XIX, contribuindo, inclusive, com os debates existentes nos fóruns nacionais sobre os rumos da Educação Especial na perspectiva inclusiva, conforme assinalam Stainback e Stainback: O valor social da igualdade é consistente com o motivo de ajudar os outros e com a prática do ensino inclusivo. (STAINBACK e STAINBACK, 1999, p. 29).

Com os avanços das políticas educacionais, bem como dos diálogos interinstitucionais para o atendimento da pessoa com alguma deficiência, não é

possível retroceder. A educação precisa ser inclusiva, tendo práticas pedagógicas que valorizem e considerem o atendimento de acordo com a legislação vigente. Nesse direcionamento, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é descrito no Decreto Nº 7.611/2011 Art. 2º: “A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo[...]. (BRASIL,2011).

Em uma visão geral, vemos que a Educação Especial não acontece mais em uma instituição escolar em particular, mas deverá ocorrer em todas as instituições de ensino e, de forma transversal, em diferentes níveis e modalidades da educação. Assim, “precisamos reavaliar a maneira como operamos em nossas escolas, para proporcionar aos alunos com deficiência”.(STAINBACK e STAINBACK, 1999, p. 29)

A gestão do Instituto Benjamin Constant (IBC) e do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), desde a



fundação pertencem ao poder público. Vinculados ao sistema federal de ensino. Atendem prioritariamente à educação básica, desde a Educação Infantil, a Educação Superior, com cursos de Graduação e Pós-Graduação.

A gestão das diferentes etapas de ensino nos institutos ocorre por intermédio de departamentos, setorizando as diferentes áreas que atuam na administração na visão de educação democrática, preconizada na legislação. Organizada em departamentos. A “oferta da Educação Básica é de responsabilidade do Departamento de Educação (DED) através de suas quatro divisões de Ensino”. (IBC, 2018).

A legislação vigente, desde a Constituição Federal, preconiza a gestão democrática como modelo de gestão educacional no Brasil. As leis que orientam a Educação Especial propõem formas de realizar a educação nos sistemas de ensino, dando diretrizes para os níveis e modalidades. Neste sentido, os principais dispositivos que compõem o arcabouço de orientação para a Educação Nacional no Brasil é:

- Constituição Federal do Brasil;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Diretrizes Curriculares Nacionais;
- Plano Nacional de Educação;
- Lei Brasileira de Inclusão.

Leis que apontam para o desenvolvimento de políticas educacionais e tratam de incumbências, limites e possibilidades educacionais. Tanto para os sistemas quanto para as instituições de ensino que devem pautar ações nos preceitos estabelecidos para as práticas educativas.

No sistema de ensino, na estrutura organizacional do sistema nacional, a educação especial avançou, conquistando espaços e se constituindo em modalidade de ensino, tendo diretoria na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), lugar em que a educação especial se propagou no cenário nacional, principalmente na primeira década do século XXI.

Atualmente, após a extinção da SECADI, a Educação Especial está sendo conduzida pela SEMESP, Secretaria de Modalidades Especiais, que abriga, além da EE, a Educação do Campo e a Educação para Valorização das Tradições Culturais brasileiras, inclusive dos Povos Indígenas e de Populações em áreas de Remanescentes de Quilombolas (BRASIL, 2021)³. As secretarias se articulam com os sistemas e estes com as unidades escolares para o atendimento de acordo com a legislação “em articulação com os sistemas de ensino”, cujas atribuições podem ser assim resumidas: planejar, orientar e coordenar as ações para educação nessas modalidades. Dividido por diretorias, a Educação Especial conta com duas, a saber: 1. Diretoria de Educação Especial; 2. Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos. A Educação Especial é concebida como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, (BRASIL, 2016)⁴

Nessa conjuntura, a educação especial na perspectiva inclusiva passa a ser uma obrigatoriedade legal, não apenas nas instituições especializadas para pessoas com deficiência, mas uma obrigação de todas as instituições de ensino regular, da rede pública ou da iniciativa privada.

³ MEC/SEMESP. [Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação \(SEMESP\), Ministério da Educação. Disponível em:](http://www.mec.gov.br/secretaria-de-modalidades-especializadas-de-educacao-semesp)

www.mec.gov.br. Acesso em: 01 de fevereiro de 2021.

⁴ MEC. Nota Técnica nº 35/2016/DPEE/SECADI.



4. Análise de dados

- No Segundo Império houve a implantação das Instituições para atender pessoas com deficiência visual e auditiva.
- Foi realizada a criação de leis de ordenamento da educação inclusiva para pessoas com deficiência visual e auditiva.
- Designação a nomeação de pessoal técnico e administrativo para o funcionamento das ações educacionais especializadas.
- As instituições Instituto Benjamin Constant - IBC e Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES foram originalmente os institutos Imperiais apontados neste estudo ainda continuam em funcionamento nos dias atuais, com a mesma função.
- Atuam junto aos gestores da educação especial no Brasil, apoiando a atuação do MEC; Atuam na Educação Básica e Educação Superior – Graduação e pós-graduação.
- Foram constituídas a partir da necessidade da elite. Aos poucos o atendimento foi extensivo a uma parcela maior da população. Inspiradas em instituições francesas, a arquitetura acompanhou o mesmo padrão.
- Fundadas por iniciativa de pessoas com deficiência, pertencentes à nobreza, apoiados por homens da elite

e pelo Imperador D. Pedro II se integrando aos movimentos da cidade como parte do projeto de modernização da cidade.

5. Considerações finais

No Brasil, a construção da identidade nacional foi pautada em modelo eurocêntrico e a educação se ancorou nesse mote na propagação da instrução educacional segundo padrões elitistas, com foco nos filhos das elites, com precário atendimento para a população desfavorecida.

O discurso da monarquia no segundo império permeia a ideia de nacionalismo e modernidade, a constituição da cidade nação, a construção de instituições públicas, a partir do modelo europeu, iniciou o processo de inserção de pessoas com deficiência no processo educacional, através do Instituto Imperial dos Meninos

Cegos e do Instituto Imperial de Surdos-Mudos - hoje, Instituto Benjamin Constant (IBC), e Instituto Nacional de Surdos (INES), situados na cidade do Rio de Janeiro, são instituições de referência nacional para a Educação Especial. Os Institutos Imperiais são referências nacionais para a formação inicial e continuada de professores.

Concluindo, apresentamos uma breve reflexão sobre a importância dos institutos imperiais, como escolas que deram início ao atendimento educacional especializado para a pessoa com deficiência, e destacamos a atuação destes ao longo do percurso que a Educação Especial trilhou



até ser respeitada como educação especial na perspectiva inclusiva, implicando assegurar à pessoa com deficiência tanto o

acesso quanto a permanência nas instituições educacionais nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

Referência

Anderson, Benedict. *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Andreatta, Verena. *Cidades quadradas, paraísos circulares: os planos urbanísticos da cidade do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2006.

Bakhtin, Mikhail/Volochínov. *Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 16 ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

Barroso, José Liberato. *A instrução pública no Brasil*. Rio de Janeiro: H. Laemmert, 1884.

Carvalho, José Murilo de. *A formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Elias, Norbert. *O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

_____. *O Processo civilizador: uma História dos costumes*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

Fausto, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1995.

Foucault, Michel. *A ordem do discurso: Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

Hobsbawm, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Trad. Maria Celia PAOLI e Anna Maria Quirino. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

Los Rios, Adolfo Morales Filho. *O Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2000.

Moacyr, Primitivo. *A instrução e o império (subsídios para a história da educação no Brasil): 1823 – 1853*. 1 Volume. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. Disponível em: <<https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/148/4/87%20T2%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>>. Acesso em: 20 de Abril de 2020.

Motta, Marly. *Rio cidade-capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

Schwarcz, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: Dom Pedro II, um monarca nos Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Stainback, S. et al. A aprendizagem nas escolas inclusivas: e o currículo? In: Stainback, S.; Stainback, W. *Inclusão: Um guia para educadores*. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed Editora S.A., 1999. p. 240- 250.



Documentos consultados

Brasil *Constituição política do Império do Brasil*. Brasília: Casa Civil, 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 10 de fevereiro 2019.

Brasil. *Fallas do throno*: Desde anno de 1823 até o anno de 1889. Rio de Janeiro: Câmara Temporária (Brasil Império) /Imprensa Nacional, 1889.

Brasil, Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA). *Imperial Instituto dos Meninos Cegos*. Rio de Janeiro: Arquivo

Nacional. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/327-imperial-instituto-dos-meninos-cegos>>. Acesso em: 15 de abril de 2020.

Brasil. *Decreto Nº 1.331-A, de 17/02/1854*. Legislação Informatizada. Brasília: Câmara dos Deputados, Publicação de Leis do Império do Brasil, 1854. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/dec ret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-norma-pe.html>>. Acesso em: 30 de abril de 2019.

Recebido em: 26/11/2021

Aceito em: 23/12/2021

Nome: Adelize Valéria Pacheco Souza

Email: souzadel@gmail.com.br

Endereço para correspondência: Rua Hortência, Quadra 31. Lote 05 casa 4 - residencial Terramar - Unamar - Cabo Frio. Cep 28.929-320



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)